

# **1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS**

## **'MUNDO' RURAL E PATRIMÓNIO**

### **Agricultura e Ruralidade – Algumas Reflexões sobre Desenvolvimento Rural**

**Filipa Maria Domingues Lourenço**

ISCTE

#### **Nota Introdutória**

Se fosse intento deste trabalho esboçar um resumo histórico da evolução da agricultura portuguesa, teríamos que nos reportar ao século XVIII e, nomeadamente, à Revolução Agrícola e sobretudo, fixarmo-nos no século XIX para perceber episódios históricos como a Revolução Liberal, palco da primeira ofensiva de ocupação das terras consideradas baldios e das primeiras medidas de desamortização das terras. É nesta época que se origina uma certa especialização regional de produção agrícola, como são exemplo os vinhos das regiões do Douro e do Ribatejo e os cereais (sendo o Trigo a cultura mais destacada), cultivados nas grandes explorações do Alentejo. Este pode ser, também, considerado o primeiro momento de uma agricultura intensiva no nosso país, tributária do crescimento do trabalho assalariado. Além disso, não poderiam ser descurados dois momentos históricos como a Lei da Fome e da Fortuna, datada de 1889 e a Campanha do Trigo, já em 1928-38, nascida num contexto de protecção cerealífero.

No entanto, o objectivo da resenha histórica, que se apresenta, prende-se com a necessidade de identificar os principais momentos ou contextos do processo de transformação da agricultura e do espaço rural português, como base de uma problematização da relação entre agricultura e ruralidade na actualidade.

Até aos anos 90, a agricultura manteve-se numa espécie de “estado de graça”, pois, até então, não tinham sido reconhecidos os problemas ou os efeitos adversos para o ambiente. Contudo, e apesar da crescente consciencialização dos problemas ambientais, a filosofia da PAC foi também responsável pelos efeitos da poluição agrícola, uma vez que foi incentivado o recurso à utilização massiva de produtos químicos e a prática do regime de monocultura para intensificar a produção. Assim, podemos caracterizar o modelo produtivista que marcou o período 1957-1992 pela manutenção da modernização das explorações agrícolas, produzindo um saldo de aumento de produtividade e problemas ambientais, tais como esgotamento dos solos,

contaminação de águas subterrâneas e degradação da paisagem como efeito da monocultura, sem impedir a desertificação social.

Após este ciclo de modernização agrícola, pretendeu-se reverter o processo de degradação ambiental provocado pela PAC. Através do Regulamento 2078/92, a Reforma da PAC introduz objectivos de ordem ambiental, promovendo no seu conjunto uma ambientalização do Rural e uma ambientalização da Agricultura.

Neste círculo de análise, vem-se comprovar o efectivo 'divórcio' entre agricultura e rural. A partir do momento em que a apropriação e exploração dos solos passaram a pôr em causa a existência de recursos naturais necessários, o homem criou imagens e percepções acerca do rural como natureza ( a ser protegida), nascendo desta observação humana, o reencontro entre natureza e rural, por um lado, e por outro, entre natureza e sociedade.

Por esta via, desenvolver o rural deveria ser sinónimo de atenuação das assimetrias regionais e locais existentes e do desequilíbrio territorial dos espaços agrícolas e rurais. No entanto, as actividades que se apelam para este mundo rural tendem a torná-lo mais uma cena complementar à vida urbana, sendo valorizado pelas suas qualidades estéticas e pelos seus recursos físicos, e lugar procurado para espacializar as formas de lazer emergentes na cultura urbana.

É neste contexto que surge a pertinência de dar continuidade a uma discussão teórica sobre o rural e a agricultura num país que quase deixou de ser rural, na acepção de rural-agrícola e em que o rural é concebido na sua dimensão simbólica, fruto de um sistema de representações sociais que são a base da definição de ruralidade.

## **1. A Agricultura Portuguesa e o Espaço Rural - Breve Introdução Histórica**

Nos finais dos anos 50, a agricultura é fruto de várias tentativas de reforma agrária, através da força do sector industrial agrícola, da especialização produtiva e da articulação entre a pequena agricultura familiar e a grande agricultura. Entre 1950 e 1980, houve uma baixa da taxa de assalariamento e uma diminuição do número de explorações agrícolas familiares. Enquanto persistia uma agricultura de subsistência, intensificava-se um movimento de êxodo rural por todo o país, justificado para alguns autores como o motor da industrialização, ou da cristalização de um sector terciário.<sup>1</sup> A colonização agrária do Sul do País afigurava-se também uma condição essencial para a criação de recursos de mão-de-obra e consumos propícios ao desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Esta é também uma ideia defendida pelo autor já citado; *op cit*, 1974, p.534.

da industrialização. Era objectivo da Junta de Colonização Interna a criação de empresas agrícolas mecanizadas e motorizadas, para que o sector industrial se mantivesse activo.

Através dos projectos de hidráulica agrícola preconizava-se um aumento da produção com base numa intensificação cultural, cuja solução apontada pelo regime assentava na transformação das culturas de sequeiro em regadio, dando-se preferência ao Alentejo. A propriedade fragmentada era vista como um obstáculo à exploração agrícola racional, circunstância essa que era agravada quando à fragmentação estava associada uma dispersão das parcelas. A necessidade de se proceder a um emparcelamento dos solos agrícolas ficava a dever-se às dificuldades impostas pelas reduzidas dimensões dos campos ao nível da intervenção mecânica. Por outro lado, o processo de reorganização agrária considerava também o parcelamento de terras passíveis de serem compradas por novos proprietários, postulando uma maior produtividade e eficiência sustentada nas extensões adequadas da propriedade. Alterar a estrutura demográfica e económica da agricultura portuguesa do fim dos anos 50, mediante a modernização técnica em zonas de latifúndio e venda a particulares, detentores de capital, (emparcelamento e parcelamento) era o objectivo deste Plano de Fomento Agrícola, criado sob uma lógica meramente produtivista e assente numa forte relação de dependência com o sector industrial.

Dados trabalhados mais recentemente demonstram a evolução da agricultura portuguesa nas três últimas décadas e servem para conhecer o declínio do sector agrícola desde os anos 60<sup>2</sup>. Cresce, ao longo deste período, o número de pequenas explorações, de carácter familiar, em detrimento das médias. Entre 1950 e 1980 verificou-se que o peso da população activa agrícola sob a população activa total diminuiu significativamente, assim como o trabalho assalariado. Face a um decréscimo gradual da superfície semeada anualmente, a terra retirada de cultivo repartia-se entre o abandono, a caça, a pecuária extensiva e a florestação, e estava associada aos movimentos migratórios quer para zonas industrializadas do país, como para o estrangeiro.

É sobretudo a partir de 1974 que se reconhece o papel de travão da agricultura face ao desenvolvimento económico e social do país. Se por um lado, temos um sector em estagnação, por outro, o mesmo consegue ainda reter uma percentagem

---

<sup>2</sup> Faz-se referência ao ensaio apresentado por Aida Valadas de Lima em torno de uma análise global da evolução da agricultura portuguesa, sob três aspectos: produção, população e estrutura das explorações agrícolas. «Velhos e novos agricultores em Portugal» in *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991 (2º), p.336.

activa significativa, o que faz com que se vá consolidando como reserva de força de trabalho para outros sectores de actividade económica nacional e internacional.

As possibilidades de trabalho fora da agricultura para a população deste sector tiveram variações regionais bastante diferenciadas, atingindo a sua maior expressão na agricultura familiar do Norte Litoral e a mais débil no Alentejo dos assalariados agrícolas. Para fugirem ao espaço coercivo dos latifúndios e do capitalismo agrário, ao povo alentejano restava a emigração e a luta pela imensa terra que os cercava<sup>3</sup>. Foi por esta via que optaram avançando com a Reforma Agrária, reconhecida aqui como um dos momentos decisivos da transformação da agricultura portuguesa. Ao nível da composição social da população agrícola constata-se uma divisão, que sendo também regional, distingue os assalariados agrícolas que vivem no mundo das aldeias da agricultura familiar e os proletários agrícolas que vivem onde a agricultura familiar não tem grande expressão. Estes últimos integram-se nas regiões onde os assalariados constituem a maior parte da população agrícola e os grandes domínios fundiários imperam na ocupação da área agrícola. Logicamente confrontando-se com contextos de desigualdade social mais marcados, foram estes os protagonistas da Reforma Agrária.

De natureza colectivista, o processo de Reforma Agrária emergiu e concretizou-se sobretudo no Alentejo e no Ribatejo, onde predominavam as grandes propriedades, tomando como palco de actuação, a designada Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA). Com este movimento de natureza colectivista constituíram-se novas unidades de produção (UCP's) que, pela sua lógica, evitariam a divisão das explorações ocupadas, assim como acentuariam a concentração fundiária das mesmas. As tentativas de edificação de uma lógica agrária e rural de trabalhar a terra, viver do que se produz sem ter que se sair das terras de origem, saiu gorada em 1977, deixando cair por terra a possibilidade de enraizar um fortalecimento da sociedade rural assente na actividade agrícola. A Contra-Reforma Agrária desenhou os contornos do fâcies agrícola actual, pois foi determinante na diminuição da área cultivada.

As características marcadamente familiares que sempre definiram a agricultura portuguesa, explicam a sua reduzida expressão económica e social, quer através do Produto Agrícola Bruto (PAB), do Produto Interno Bruto (PIB) ou ainda dos números activos do sector.

As transformações que temos vindo a descrever, assumindo particular destaque a diminuição da população agrícola, bem como o carácter familiar e pluriactivo que

---

<sup>3</sup> in Fernando Oliveira Baptista, "Agricultura, Espaço e Sociedade Rural", 1993, p.7.

adquire cada vez maior expressão na actualidade, são originários de uma realidade que tende a evidenciar-se e que remete para uma autonomização do espaço rural face à agricultura. Como iremos ver ao longo deste trabalho, na medida em que interessa discutir a relação entre agricultura e ruralidade, a actividade agrícola deixou de unificar o espaço rural português, ao mesmo tempo que a sociedade rural perdeu a sua estreita articulação quer com a terra, quer com a agricultura.

## **2. As Políticas Agrícolas Comunitárias**

### *2.1) A PAC - Caracterização e limitações (Filosofia da PAC)*

Em termos históricos, podemos enunciar a importância da adesão à União Europeia em 1986, como marco da submissão de Portugal à Política Agrícola Comum (PAC). Durante a PAC, a actividade agrícola sofreu um processo de industrialização e intensificação da produção, visando a sua maximização e o lucro. Através desta política procurava-se também a estabilização dos mercados, a garantia dos abastecimentos e a manutenção de preços razoáveis aos consumidores. Os defensores da PAC tendem a usar dois argumentos para legitimar a política agrícola comum: a questão dos excedentes agrícolas da CE e a necessidade de aproximar o nível dos preços aos do mercado mundial. Daí a necessidade de concentrar a produção nas unidades maiores, logo mais competitivas e diminuir a produção nas pequenas explorações, para fazer baixar os preços. Sob este ponto de vista, distinguem-se as unidades produtivas com capacidade de competitividade e as desnecessárias, onde se atribuem subsídios a quem cultiva para manter a terra fértil e para se alimentar, e a quem se aproxima da reforma e obtém um rendimento complementar através da agricultura. Sob uma ideologia agro-comercial, recorreu-se à concentração e intensificação do factor capital na produção, não medindo os impactes agro-ambientais derivados de uma agricultura de regime intensivo.

Os protagonistas da PAC foram os agricultores empresários, proprietários de explorações de grande dimensão, que beneficiaram de um sistema de ajudas comunitárias incentivadoras dessa máxima produção. Durante este período de transição, entre 1986 e 1991, podemos dizer que nada se fez para renovar ou revitalizar a pequena agricultura e o espaço rural. De facto, as ajudas aos pequenos agricultores traduzem-se apenas num complemento à sua reforma e nunca num incentivo à modernização da exploração, na medida em que se trata de um grupo

envelhecido na sua maioria, para além de acentuar o grau de marginalização económica e social a que estão sujeitos. Este regime de ajuda dos subsídios da PAC dirigiu-se, sobretudo, aos que assumiam as funções de «jardineiros da natureza»<sup>4</sup> e que por essa razão cuidavam da terra sem terem como móbil a produção para o mercado ou aceitavam um subsídio em troca da cessação da actividade agrícola. Francisco Avillez defende que "(...) as orientações em vigor no âmbito da PAC têm um impacto negativo sobre a sustentabilidade económica das actividades e sistemas de produção agrícola em meio rural da UE em geral e dos Estados Membros mediterrâneos em particular".<sup>5</sup>

Quem iniciou durante este período o debate das questões do futuro do mundo rural, advogou de imediato que o mesmo não poderia assentar na agricultura, tomando como referenciais as perspectivas da actividade agrícola no contexto económico e a sua posição actual na sociedade rural. Esta sociedade rural sofre hoje duros processos de declínio demográfico e encontra-se cada vez mais distante de uma possível industrialização como aquela que ocorreu em Itália, capaz de revitalizar os meios rurais. A crença cega nas virtudes do mercado como se apresentou a PAC, é responsável por um esquecimento ou descuramento das necessidades das populações. "Urge, de facto, na esfera política, uma regulação dos mercados e dos circuitos comerciais que não ignore a sobrevivência das populações e contribua para uma ordem económica mundial mais solidária. Também esta perspectiva questiona a legitimidade da PAC"<sup>6</sup>

## 2.2) Reforma da PAC e AGENDA 2000: Que mudança?

Para responder ao pressuposto de reconversão do processo de degradação ambiental provocado pela PAC, foram criadas as Medidas Agro-Ambientais, enquanto instrumento de apoio à adopção de métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências de protecção do ambiente e dos recursos naturais ou da preservação do espaço natural, da paisagem e do espaço rural. Exemplo disso é o incentivo dado à redução de utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos. Do ponto de vista crítico, podemos dizer que as orientações da nova PAC vêm de novo beneficiar os países do Norte e do Centro da Europa, em detrimento dos mediterrânicos (que

---

<sup>4</sup> A expressão pertence a Fernando Oliveira Baptista, *op cit*, p.91.

<sup>5</sup> Francisco Avillez «Sustentabilidade Económica e Desenvolvimento Rural» in *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, 1999; p.119.

<sup>6</sup> Fernando Oliveira Baptista, *op cit*, p.94.

marcam numerosos sistemas de produção dos países do Sul), na medida em que apoiam as explorações competitivas e sistemas de produção extensivos, no qual a defesa do ambiente é enunciada como uma preocupação. Ao nível da Europa prevê-se, pois, uma divisão entre espaços rurais com uma função predominantemente agrícola, reservada aos países do Norte e do Centro, e espaços rurais de lazer ou de reserva natural. Estes últimos irão caracterizar os países periféricos que vêem os seus esforços de desenvolvimento e modernização das explorações agrícolas travados pelas políticas comunitárias. Portugal insere-se neste último grupo pela debilidade das suas estruturas produtivas, à qual se junta, uma fragilidade nos circuitos de comercialização e uma reduzida mão-de-obra disponível, sem formação adequada aos avanços da tecnologia biológica e de informação.<sup>7</sup>

No fundo, o que se quer destacar nesta exposição é que tanto a PAC, como a reforma da PAC ou a Agenda 2000 (A reforma da reforma da PAC), como iremos ver adiante, acentuam a tendência para Portugal se transformar num espaço não produtivo, vivendo da assistência económica e social da União Europeia, sem travar a dependência alimentar e a emigração para os países da UE.

A Agenda 2000 consiste num processo de negociação ao nível da União Europeia que coloca em discussão o alargamento, a reforma das políticas da UE e perspectivas financeiras para 2000-2006. O Desenvolvimento Rural surge agora como o segundo pilar da PAC (PARC), num contexto de defesa de uma orientação mais multifuncional, territorial e ambiental dos apoios e incentivos. São os próprios dirigentes que reconhecem a quebra de rendimentos dos agricultores e acentuação da marginalização e fragilidade económica e social das zonas rurais portuguesas como ameaças trazidas pela Agenda 2000. Enquanto oportunidades, são apontadas uma política de desenvolvimento rural mais integrada e diversificada e uma maior adequação e reforço da PAC num sentido mais favorável à agricultura portuguesa.

Já em 1995, com um documento de trabalho da Comissão dos Estados Membros "Europa 2000" se concluíu, entre outras coisas, a diminuição crescente da relevância da agricultura na evolução do emprego local e no desenvolvimento rural. É também identificada a maior diferenciação entre espaços rurais, consoante a sua localização geográfica e a sua funcionalidade, e as vantagens comparativas de espaços pouco povoados que se revestem de novos usos como sejam as actividades

---

<sup>7</sup> Estes são factores enunciados por Fernando Oliveira Baptista para caracterizar o quadro do espaço rural português do ponto de vista económico, acrescentando o aumento progressivo do défice em produtos alimentares e a importação dos mesmos para consumo nacional. (*Op cit*, p.91)

de lazer, as habitações secundárias ou as formas alternativas de turismo (turismo verde, agro-turismo, turismo rural, turismo de natureza, turismo cinegético etc.).

Um aspecto que ressalta no contexto da tentativa de mudança para 2000-2006 é a permanência do dualismo presente nas matérias concernentes ao desenvolvimento rural. De um lado, as orientações rurais/agrícolas correspondentes às propostas referidas anteriormente sobre medidas de acompanhamento rural, tendencialmente sobrepostas a outros objectivos, como a preservação do ambiente, a reconversão produtiva ou a equidade territorial e/ou social. Do outro lado, permanecem os pressupostos dirigidos ao rural/regional, no seio das quais o rural é encarado como subalterno ou intersticial de intervenção das políticas e acções de desenvolvimento regional.

Para terminar este breve espaço de apresentação dos limites das novas políticas de Reforma da PAC, resta questionar a mudança substancial da política agrícola e de desenvolvimento rural comunitária. A Agenda 2000 não traz mais senão o acentuar de traços da fase de transição, pois a política nacional continuará a enfrentar ambiguidades, traduzidas em dificuldades de condução e orientação estratégica.

### **3. Agricultura e Desenvolvimento Rural**

#### *3.1) Prioridades do Desenvolvimento Rural*

Se nos é possível estabelecer um paralelismo, diríamos que assim como o espaço rural português é, de vários pontos de vista, débil, marginalizado e frágil, também as políticas que o deveriam conduzir sofrem de falta de autonomia e eficácia. Junta-se a isto, a enunciação de propostas de desenvolvimento rural demasiado vagas, assentes em paradigmas de dependência do rural face às dinâmicas urbanas, produtores das novas funções confinadas ao rural, concebido como reserva patrimonial e ambiental.

Assim, o futuro das zonas rurais portuguesas encontra-se condicionado pela natureza dos seus problemas de desenvolvimento e acima de tudo, pelas políticas sectoriais e territoriais que vierem a ser definidas, no quadro da sua integração na Comunidade Europeia. São hoje obstáculos ao desenvolvimento rural a continuidade do êxodo para as cidades e a emigração (embora cada vez mais temporária), a rarefacção e envelhecimento da população, com problemas de sucessão nas explorações, justificados pelos baixos rendimentos agrícolas e baixos níveis de poder de compra. Face a um panorama de ausência de perspectivas quanto ao futuro das



actividades tradicionalmente dominantes, como a agricultura, a criação de gado e a produção florestal, generaliza-se uma insegurança e uma insatisfação profissional derivada da falta de procura do comércio e dos serviços das vilas e cidades próximas, às quais se associa a falta de qualidade de vida. Apesar do papel dos agentes locais, mediante a sua actuação associativa, autárquica e cooperativa, o mundo rural é hoje confrontado, bruscamente, com a ausência de futuro e sustentabilidade de muitas iniciativas de diversificação das economias familiares e locais, com dificuldades de inserção nos mercados locais e globais.

De facto, se atentarmos no discurso de quem considera o desenvolvimento do sector agrícola paralelo a desenvolvimento rural uma visão simplista nas questões de desenvolvimento, podemos apreender esta manutenção da dualidade entre espaços rurais e urbanos, com funções e estatutos diferenciados.

No nosso entender, desenvolvimento rural deveria corresponder a uma via para satisfazer os interesses estratégicos da agricultura e dos agricultores, por forma a recuperar a legitimidade económica, social e pública do sector. Seria, no contexto de um paradigma de desenvolvimento rural assim pensado, que se encontraria a lógica da competitividade agro-comercial, em que os agricultores saberiam tirar partido das vantagens comparativas e do valor acrescentado dos produtos com tipicidade territorial. Acrescente-se a isto o facto de o desenvolvimento rural ser por vezes "(...) invocado como factor de compensação ou indemnização para choques e perdas sofridas pelos agricultores em virtude da diminuição do suporte aos preços e mercados agrícolas", o que "(...) tende a conotá-lo como uma função curativa transitória e assistencialista e não como via duradoura de desenvolvimento(...)"<sup>8</sup>

Em síntese, os actuais princípios e medidas políticas prevêem a valorização da diversificação produtiva (não só agrícola, de produção de bens alimentares e matérias primas ) e a multifuncionalidade do espaço rural, assente num conjunto de actividades complementares à agricultura, como a conservação da paisagem, a revitalização do artesanato e outros ofícios tradicionais e a integração do turismo e do lazer. Todavia, importa compreender a filosofia destas linhas de acção e perceber a quem se dirigem. Se estamos cada vez mais longe de uma aliança entre agricultura e desenvolvimento rural, será justo e compreensível a atribuição forçosa de novos papéis ao agricultor, em vez de se incentivar e apoiar a sua actividade tradicional? As iniciativas diversificadas que emergem no meio rural (como o turismo, a caça, o lazer, o artesanato etc...) devem substituir a agricultura ou servirem-lhe de retaguarda? Será que a manutenção da agricultura em áreas protegidas ou com interesse histórico ou patrimonial (parques naturais, sítios com interesse biológico, parque de natureza,

---

<sup>8</sup> Cordovil, F; Rosa, M.; *op cit*, 1997, p.43.

aldeias históricas, aldeias recuperadas etc.), é uma recriação orientada para proporcionar ao cidadão uma imagem cénica da vida no campo? Estas e outras questões vão surgindo quando se questiona o futuro do mundo rural e a forte dependência em que se encontra face às políticas que têm vindo a ser preconizadas para espaços com problemas de interioridade, dinamização económica, revitalização social e fixação das populações.

Sendo o objectivo deste ensaio reflectir sobre a articulação entre a ruralidade e agricultura, crê-se que a esfera agrícola e, por arrasto, a sociedade rural têm sido sobejamente marginalizadas em prol de interesses exteriores, sejam eles comunitários ou apenas urbanos.

### 3.2) *A Construção Social da Ruralidade*

O irromper da noção de Ambiente no domínio das ciências sociais acompanha a crescente preocupação com os problemas ambientais em geral exteriorizado para a opinião pública que se torna responsável pela difusão de uma imagem do mundo rural por oposição a um mundo industrializado. Numa sociedade afectada por problemas de poluição do ar, má qualidade da água, insegurança e falta de equilíbrio ecológico em meio urbano, a necessidade humana de reencontro com a natureza é espacializada pela apropriação do campo. A identificação social do Ambiente com a Natureza e com o Rural, produz uma revalorização do campo, que é significativa nas sociedades contemporâneas. É em função da distintividade do Rural que é construída a noção de ruralidade traduzida pelo novo sentido atribuído à qualidade do ambiente longe dos meios urbanos. Esta recodificação em torno da ruralidade é protagonizada por um certo tipo de cidadãos que procuram o campo pela qualidade de vida aí encontrada, associada ao sossego, à tranquilidade, ao contacto com a natureza, à qualidade do ar que se respira, à autenticidade e beleza das suas paisagens. Concebido como quadro de fuga ao seu quotidiano, o mundo rural transforma-se em objecto de consumo para os cidadãos, resultando daqui uma definição do rural como uma questão urbana, que implica processos de decisão de órgãos de gestão, determinados por interesses urbanos. Em relação à procura crescente de espaços naturais efectivada nos nossos dias, Marc Mormont afirma que "(...) la tendance sera plutôt un compromis, le monde sauvage étant le complément de la civilisation urbaine, l'idéal étant de jouir des deux. La nature deviendra alors une composante de la civilisation, l'antidote de l'excès de civilisation"<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Mormont Marc, *Parcs Naturels et Gestion de l'Espace Rural*, 1984, p.16.

O espaço rural começa a ser palco de múltiplas e sucessivas transformações, criadas simultaneamente pelas mutações da vida na cidade. Rompe um movimento de modernização agrícola, do qual resultou uma transformação da estrutura agrária tradicional, e que daria lugar a uma integração técnica e económica da agricultura nas sociedades modernas industrializadas. Outro movimento, este de carácter ideológico, que ao rural confere valores éticos assentes, fundamentalmente, nas relações interpessoais que aí se estabelecem, acaba por lhe atribuir um estatuto alternativo ao modelo social dominante, que se viria a perpetuar até aos nossos dias.

É com base neste sistema de representações colectivas face a um rural marcado pela crise de produtividade, e ao mesmo tempo associado a um passado mítico que faz ressaltar duas ideias chave: a imagem de natureza selvagem e inerte, e a permanência de um universo feito de costumes tradicionais, que surge aquilo a que Luginbuhl intitula de cliché da ruralidade.<sup>10</sup> Segundo esta perspectiva, o rural torna-se uma passagem obrigatória na questão da natureza. Torna-se, se o podemos dizer, o cerne contextual conducente à construção social da natureza baseada na evolução tecnológica, na dinâmica social e nas experiências científicas que colocaram a Terra perante o uso e exploração humanas.

Como irá ser demonstrado, o presente e o futuro do rural contradizem a versão que induz ao seu declínio, mas crê-se que tal mudança se articula unicamente com a importância da dimensão ambiental da ruralidade.

Em termos ideológicos ou simbólicos, "Rurality is claimed not only as a space to be appropriated for a particular form of leisure or for conservation but as a way of life, or a model of an alternative society inspiring a social project that challenges contemporary social and economic ill"<sup>11</sup>. Em Portugal, esta é, segundo Aida Valadas, uma questão que, não tendo ainda expressão de movimento social, encontra-se numa fase embrionária que a revela apenas como tendência e que se prende com o exercício de diversas modalidades na prática da actividade agrícola.<sup>12</sup> Mas encontra também expressão nas formas de turismo alternativo e de lazer efectivadas em meio rural, que definem a dimensão mais simbólica da ruralidade. A filosofia que sustenta e motiva este tipo de prática de lazer ancora na artificialização e reinvenção das aldeias e do mundo rural no seu conjunto. O imaginário urbano é, como já foi dito, o principal criador desta reconstrução, que tende a converter os recursos naturais (como o

---

<sup>10</sup> In Marcel Jollivet, *Du Rural à l'Environnement - La question de la nature aujourd'hui*, 1989.

<sup>11</sup> Marc Mormont, «Rural Nature and Urban Natures» in *Sociologia Ruralis*, vol.XXVII (1), 1987, p.18.

<sup>12</sup> *Op.cit.*, 1990, p.60.

património, a natureza, a gastronomia, o sossego e a cultura local) em produtos turísticos.

Recomeça a entender-se a ruralidade como 'reserva cultural e moral'<sup>13</sup> e 'reserva de qualificação ambiental'<sup>14</sup>. Sendo, em parte, herdeiro da ideologia autárquica e ruralista do regime de Salazar, este processo de revalorização do mundo rural é, fundamentalmente, tributário das consequências da crise social, instalada nas sociedades urbanas modernas. No fundo, o irromper da ruralidade funda-se na reclamação de novos valores, como sejam a importância da qualidade de vida no espaço rural, associada a uma requalificação ambiental.

De olhar posto sobre a disfuncionalidade do sistema urbano e a degradação da qualidade de vida nas cidades, os media começam a difundir e a mercantilizar uma imagem da vida rural restaurada e renovada. Desta forma, criam um conceito de rural que pouco ou nada tem a ver com a actividade agro-pecuária, o isolamento ou a pobreza, mas que exalta os valores da comunidade rural e as vantagens da vida no campo. No entanto, esta imagem do mundo rural encontra-se estereotipada pela definição de espaço a preservar, e não a transformar, espaço que merece ser visitado e que, por isso, passa a ser um lugar de apropriação sazonal, mas que vê a sua adequação a espaço de residência, condicionada por características que lhe conferem uma maior ou menor urbanidade<sup>15</sup>.

### **Conclusão: Ruralidade sem Agricultura?**

A possibilidade de aproximação à natureza concretizada no rural, onde se reencontram valores "autênticos", "genuínos" e, por esta ordem de ideias, a adopção de modelos de vida alternativos, efectivados através da qualidade das relações sociais

---

<sup>13</sup> Ideia inscrita no artigo de J.C. Chamboredon: "les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production au lieu de récréation" in *Révue Française de Sociologie*, XXI, nº1, (pp.14-32).

<sup>14</sup> Referimo-nos a Elizabete Figueiredo e, sobretudo, ao seu artigo "Verdes são os campos...O mundo rural como reserva de qualificação ambiental" in *Análise Social*, volXXXI (135), (pp.205-227).

<sup>15</sup> A maior ou menor urbanidade, neste caso, é por nós interpretada através da existência de equipamentos de lazer, de infra-estruturas comerciais e turísticas, de serviços, assim como da proximidade e qualidade dos acessos face a um centro urbano, sem descuidar as condições climáticas que não se querem muito adversas. Advém daqui que as referências positivas ou negativas do rural não dependem apenas das raízes ou laços familiares, mas também da própria localização ou tipo de rural. Constatamos que, se em termos de espaço para residir, o rural com características urbanas é certamente mais procurado, em termos de espaço de lazer, cujo sentido se inscreve na aventura, na natureza, ou, numa palavra só na diferença/contraste, é sem dúvida o designado "rural profundo" que apresenta as melhores condições.

e da qualidade ambiental (da qualidade de vida) são alguns dos elementos recriados por esta construção social da ruralidade, que não devem pôr em causa as oportunidades de desenvolvimento económico e social de espaços territorialmente definidos. Considerar as regiões rurais apenas com base nas suas funções recreativas e de lazer, não deve significar substituir as suas funções produtivas por funções de «consumo exógeno» que limitem os seus usos e potencialidades.

As várias representações da ruralidade e usos que são feitos da natureza encontram-se, muitas das vezes, sujeitos a competições e relações de concorrência decorrentes de diferentes percepções e preferências culturalmente marcadas. Ultrapassando o domínio das representações, pode verificar-se uma nova oposição entre rural e urbano no que se refere também aos usos e gestão de áreas rurais. Por um lado, aspectos como a perpetuação das tradições, 'folclore' e autenticidade são, muitas vezes, encarados pelos rurais como incompatíveis com o desenvolvimento. Por outro lado, o Estado regula, cada vez mais, a gestão e os modelos de desenvolvimento de paisagens rurais, de territórios e de um conjunto de recursos humanos e naturais que não tem necessariamente a ver com as expectativas e interesses dos seus habitantes.

Ainda no que respeita à necessidade de convergência entre estes dois domínios, podemos considerá-la como uma realidade de meios rurais e agrícolas frágeis, de espaços menos banalizados, de zonas menos desenvolvidas que, por estas razões, transportam ainda significativos valores tradicionais. Com isto, a 'fraqueza' do meio rural de acolhimento pode vir a ser ignorada pelos agentes urbanos orientados por interesses locais e imediatos, daí a associação entre pressão urbana e resistência rural à inovação e transformação de um espaço.<sup>16</sup>

A importância dada ao rural, enquanto sinónimo de campo, natureza, e mediado por ambiente, produz uma reinvenção e artificialização das aldeias no imaginário urbano, tanto mais que o desejo de adquirir uma residência secundária no campo se torna uma prática alargada a vários grupos sociais urbanos. Este é um facto que deixa transparecer a ruralidade, entendida como produção social de significados, pois é perante um sistema de significações que assegura o consumo de espaços rurais que assistimos à diminuição das suas tradicionais funções produtivas. A necessidade de fuga do homem urbano ao seu quotidiano cria a 'ideologia de fim-de-semana' e a sua libertação em contacto com a natureza. Neste contexto, parece axiomática a ideia de

---

<sup>16</sup> Marc Mormont, *op cit*, 1984.

rural identificado com os conceitos de paisagem e natureza e, desta forma, definido como objecto de apropriação estética e passível de novos usos.

Na conjuntura actual, a distintividade do rural não pode ter por base apenas o desenvolvimento de potencialidades hoje valorizadas e recriadas no imaginário urbano, que tendem a reduzi-lo a uma definição de depositário de tradições, culturas e estilos de vida, mas sim investir nessa autenticidade rural mediante apoios e incentivos ao aproveitamento de recursos naturais existentes e potencialidades produtivas.

À guisa de conclusão, podemos aferir que o desenvolvimento rural ainda não superou a dinamização de actividades complementares de rectaguarda como o turismo rural, as unidades familiares e micro de transformação agro-alimentar, o artesanato e as reservas ecológicas, sem expressão significativa na criação de novas bases económicas de sustentação das populações fixadas em territórios outrora dominados pelo emprego agrícola.

Pensa-se que o modelo de desenvolvimento desejado para os espaços rurais assenta numa acepção Agro-Rural, de acordo com a qual, as actividades complementares estarão associadas a várias agriculturas, apoiadas em actividades industriais e serviços indispensáveis à sustentabilidade e qualidade de vidas das populações. Este Desenvolvimento Agro-Rural deverá também conferir maior autonomia a territórios praticamente abandonados. Para a concretização desta alternativa, deverão ser definidos planos nacionais de incentivo, investimento, dinamismo e apoio a modalidades agrícolas (pluriactivas, de plurirrendimento ou a tempo parcial) e, simultaneamente, às actividades que a montante e a jusante lhe estão associadas. Ainda para este efeito, será urgente uma profunda Reforma da PAC no quadro de uma renovada Agenda 2000 e de um inovador e eficaz Plano de Desenvolvimento Rural que incorpore os benefícios e os ajustamentos necessários para a agricultura dos países menos desenvolvidos, nomeadamente a agricultura mediterrânica.

## Bibliografia

- Almeida, João Ferreira de e alii (1994), *Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento?*, CIES/ISCTE, Lisboa
- Baptista, Fernando Oliveira (1993) *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Fora do Texto, Coimbra
- Baptista, Fernando Oliveira (1995), "Agriculture, Rural Society and the land question in Portugal", *Sociologia Ruralis*, vol.35 (3/4), pp.309-321
- Barros, Afonso de (1986) *Do Latifundismo à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, FCG/CEEAA, Oeiras
- Berlan-Daqué Martine et Kalaora, Bernard (Jan-Dez.-1991),"Du pittoresque au 'tout-paysage'" in *Études Rurales* nº121-124, pp.185-195
- Bodyguel, Maryvonne (Mar-Jun 1991) "L'Agriculture intruse a la campagne?", in *Économie Rurale* nº202-203, pp.65-66.
- Bradley, T. e Lowe, P. (1984), "Introduction: Locality, rurality and social theory" in Bradley, T. e Lowe, P. (eds.), *Locality and Rurality: Economy and Society in Rural Regions*, Norwich, Geo Books, pp.1-24
- Cabral, Manuel Villaverde (1974), *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal – sécs. XIX e XX*, Editorial Inova, Porto, pp.531-572
- Cavaco, Carminda (coord.), (1999) *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa
- Cavaco, Carminda (coord.) (1988), *O Futuro do Mundo Rural*, Lisboa, .Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, (Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1988 - resumo introdutório)
- Cavilhès, Jean et al (Set-Out.1994), "Analyses des Évolutions Récentes de l'Espace Rural", in *Économie Rurale* nº223, pp.13-19
- Chamboredon, J.C. (1980), "Les usages urbains de l'espace rurale: du moyen de production au lieu de récréation", in *Révue Française de Sociologie*, XXI, Nº1, pp.14-32

- Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (1997), *Desenvolvimento Rural. Novas Realidades e Perspectivas*, colecção Estudos e Análises, DGDR, Lisboa
- Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (1998) *Seminário O Desenvolvimento Rural no contexto da Agenda 2000*, Colecção Estudos e Análises, DGDR, Lisboa
- Figueiredo, Elizabeth (1999), "As Cidades e as Serras...Visões Rurais e Urbanas sobre o Ambiente Rural", *6ª Conferência Nacional sobre Qualidade do Ambiente*, vol, Lisboa: Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, pp.729-741
- Georgen, Philippe (Jul-Dez 1989), "Le nature et le rural" - Colloque de l'Association des ruralistes français in *Études Rurales* nº115-116, pp.287-289
- Giddens, Anthony (1988), "As dimensões da modernidade", *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº4, pp.231-251
- Gsanger, Hans (1994), *The Future of Rural Development*, Ed. Frank Cass, London
- Joaquim, Graça (1993), "Diferente e Genuíno: Espaço Rural, Espaço Turístico" (1993) *Actas do II Congresso Português de Sociologia*, "Estruturas Sociais e Desenvolvimento"; vol.II Associação Portuguesa de Sociólogos, Ed. Fragmentos, Lisboa
- Jollivet, Marcel (Mar-Junho 1992), "Agriculture et Environnement: Reflexions Sociologiques", in *Économie Rurale*, nº208-209, pp.4-10
- Lowe, Philip (1992), "Industrial agriculture and environment regulation: a new agenda for rural sociology", *Sociologia Ruralis*, vol.32 (1), pp.4-10
- Marsden, Terry; Lowe, Philip; and Whatmore, Sarah (eds.) (1990), *Rural Reestructuring - Global Processes and Their Responses*, David Fulton Publishers, London, pp.1-16
- Mathieu, N. et Jollivet, M. (eds.) (1989), *Du Rural à l'Environnement - la question de la nature aujourd'hui*, A.R.F, Éditions - L'Harmattan, Paris
- Mormont, Marc (1984), *Parcs Naturels et Gestion de l'Espace Rural*, Fondation Universitaire Luxembourgeoise, Arlon
- Mormont, Marc (1987), "Rural Nature and Urban Natures" in *Sociologia Ruralis*, vol.XXVII (1), pp.3-20



- Mormont, Marc and Mougenot, Catherine (1988), *L'Invention du Rural*, Vie Ouvrière, Bruxelles
- Mormont, Marc (1990), "Who is Rural ? or How to be Rural - Towards a Sociology of the Rural" in Terry Marsden, Philip Lowe and Sarah Whatmore (eds.), *Rural Reestructuring - Global Processes and Their Responses*, David Fulton Publishers, London, pp.21-44
- Mormont, Marc (1993), "Sciences Sociales et Environment – approches et conceptualisations", Fondation Universitaire Luxembourgeoise, (Arlon) Belgique
- Newby, H. (1986a), "Cambio estructural en agricultura y futuro de la sociedad rural", *Agricultura y Sociedad*, nº38-39, pp.171-184
- Pinder, David (org.), (1994), "Desafios e Mudanças na Europa Rural" in *Europa Rural - Desafios e Mudanças*, Celta Editora, Oeiras, pp.275-359
- Reis, Manuela e Lima, Aida Valadas (1998) "Desenvolvimento, Território e Ambiente" in José Manuel L. Viegas e António Firmino da Costa (coord), *Portugal que Modernidade?*, Celta Editora, Oeiras, pp.329-357
- Reis, Manuela e Nave, Joaquim G. (1988), "A Reforma Agrária Portuguesa – Estudos e Opiniões", *Sociologia Problemas e Práticas*, nº4, pp.107-131
- Theys, Jacques (1990), "L'Espace Rural: patrimoine de futur - pour un projet global et à long terme", in *Futuribles*, nº140, (pp.41-44)